

Sindsep participa de 8ª Reunião da CDEPCA/SUS

Raimundo Pereira de Souza, vice-presidente do Sindsep, participou durante o dia de hoje, 20, em Brasília, da 8ª reunião da Comissão para Discussão e Elaboração de Proposta de Carreira no Âmbito do Sistema Único de Saúde (CDEPCA/SUS).

A CDEPCA foi instituída em janeiro de 2024 pela Portaria GM/SM nº 3.100, e tem como objetivo a promoção de debates, estudos, pesquisas e diagnósticos para melhorar as carreiras no SUS.

A CDEPCA também apoia a formulação e adequação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento de carreiras no SUS.

Durante a manhã foram debatidos os panoramas dos Grupos e Trabalhos, Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e às Discriminações no Trabalho, Relações de Trabalho nos Modelos de Gestão Alternativos no SUS e a construção de uma carreira para o fortalecimento e eficiência dos serviços públicos para a população.

À tarde foram debatidos os seguintes temas: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e o Financiamento de Carreira do SUS: Perspectivas para a construção do Fundo Público.



12º Encontro Jurídico da Condsef/Fenadsef começa nessa quinta, 20, em Brasília

O diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Sindsep, José de Ribamar Figueiredo, o Assessor Jurídico, Paulo Linhares, e o Auxiliar Judiciário da entidade, Rosinaldo Dantas, estão participando do 12º Encontro Jurídico da Condsef/Fenadsef.

A atividade está tendo a participação da LBS Advogadas e Advogados, e está acontecendo no Edifício Ion, em Brasília.

O evento está reunindo representantes dos servidores da base da Confederação e suas assessorias, que estão debatendo os desafios jurídicos e temas relevantes para categoria na luta por direitos.

O 12º Encontro Jurídico está com a missão de criar grupos temáticos para tratar assuntos como a Reforma Administrativa que o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) vem promovendo com alterações normativas desde



2023, reforma da Previdência, além de temas ligados aos intoxicados da ex-Sucam e servidores dos ex-Territórios.

Empresas públicas

O encontro ainda está promovendo debates sobre enfrentamentos e perspectivas na defesa dos trabalhadores das empresas públicas. Além de discutir desdobramentos das mesas de negociações da Ebserh e Conab, o encontro irá debater sobre conjuntura política e jurídica das negocia-

ções coletivas, julgamento da ação dos 75 anos no TST, ação dos 5 níveis da Conab, redução da carga horária dos empregados da Ebserh com dependentes com deficiência, entre outros temas.

Uma palestra sobre inteligência artificial e os impactos para sindicatos, servidores e serviço público.

O 12º Encontro Jurídico da Condsef/Fenadsef vai até amanhã, 21 de março.

Com informações repassadas pela Condsef.



Redução da Jornada de Trabalho é pauta prioritária da CUT

A Direção Executiva Nacional da CUT esteve reunida em São Paulo, capital, nos dias 18 e 19 de março, em Seminário de planejamento estratégico, onde foram definidas as principais ações para o próximo período.

No primeiro dia de Seminário, o debate sobre a conjuntura teve a contribuição do jornalista Luís Nassif, que apresentou um breve cenário sobre a tendência mundial de governos de extrema-direita e sua estratégia de destruição do Estado. Durante a exposição, Nassif ressaltou que esta estratégia visa desmontar o Estado para que ele não mais exerça seu

papel de mediador de conflitos e, muito menos, de criador de políticas públicas. Para ele, as táticas da extrema-direita para descreditar o Estado se alicerçam na articulação entre o que ele chama de ferramentas de controle do mundo, que são big techs e o mercado, que comandam a economia mundial.

Para a CUT, esta estratégia, que objetiva enfraquecer o Estado e aumentar os lucros dos detentores do capital, é uma ameaça à democracia e aos direitos humanos e prejudica diretamente os trabalhadores, já que retira direitos, gera desemprego e aumenta a desigualdade social.

Redução da Jornada é destaque entre ações planejadas

Após dois dias de debates no Seminário, a Direção Executiva Nacional da CUT deliberou sobre diversos temas de interesse da classe trabalhadora, entre eles, a retomada da campanha da Redução da Jornada de Trabalho para até 40 horas semanais, sem redução de salários e apoio à PEC pelo fim da escala 6X1; Justiça Tributária – isenção de IR para quem ganha até 5 mil; atuação da CUT no BRICS e na COP 30; Jornada Nacional de Lutas; 1º de maio, e outros temas importantes para o próximo período.

Fonte: CUT

CMO aprova orçamento de 2025

A Comissão Mista de Orçamento aprovou hoje, 20, o relatório da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025. O texto relatado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA), que segue agora para votação conjunta do Congresso Nacional e projeta um superávit de R\$ 15 bilhões neste ano, valor significativamente maior que os R\$ 3,7 bilhões inicialmente estimados pelo governo.

A mudança no saldo positivo decorre do pacote fiscal aprovado no ano passado, que elevou a arrecadação prevista em R\$ 22,5 bilhões. Por outro lado, há um débito de R\$ 44,1 bilhões em precatórios, dos quais há uma permissão do Supremo Tribunal Federal (STF) para que não sejam contabilizados no texto.

A votação aconteceu com quase três meses de atraso. Cada peça orçamentária é elaborada para

ser aprovada no final do ano anterior à sua vigência. Graças à disputa entre Congresso e STF no final de 2024 a respeito da constitucionalidade do sistema de distribuição de emendas e à realização das eleições para a Mesa Diretora em fevereiro, a votação foi constantemente postergada.

Emendas e limites de gastos

Esta é a primeira peça orçamentária desenhada durante a vigência da Lei Complementar 210/2024, aprovada no último ano para regulamentar a destinação de emendas parlamentares e atender aos requisitos definidos pelo STF. No total, foram apresentadas 6.959 emendas, somando R\$ 50,4 bilhões. Parte desses recursos poderá ser bloqueada pelo governo durante a execução orçamentária caso ultrapasse os limites definidos pelo STF.

O orçamento total aprovado para 2025 é de R\$ 5,9 trilhões, dos quais R\$ 1,6 trilhão será destinado ao refinanciamento da dívida pública. Entre as despesas obrigatórias, estão R\$ 232,6 bilhões para a saúde e R\$ 27,9 bilhões para recursos humanos.

Investimentos acima do piso

O arcabouço fiscal estabelece um mínimo de 0,6% do PIB para investimentos em R\$ 89,4 bilhões, superando a exigência mínima de R\$ 74,3 bilhões.

A pedido do governo, foram incluídos aumentos em despesas previdenciárias (8,3 bilhões), seguro-desemprego (338,6 milhões) e auxílio-gás (3 bilhões).

Se aprovado em plenário, o texto seguirá para sanção presidencial.

Fonte: Congresso em Foco